

9 - Desafios do Ensino-Aprendizagem dos Profissionais em Segurança Pública e o Papel da Tecnologia na Redução de Desigualdades

Challenges of Teaching-Learning for Public Security Professionals and the Role of Technology in Reducing Inequalities

Carliane da Penha Lima¹
Ronielli Nascimento Chagas²

RESUMO

O trabalho aborda a importância do ensino-aprendizagem para profissionais da segurança pública, destacando a capacitação contínua como essencial para lidar com desafios complexos em ambientes de segurança pública. O objetivo é evidenciar a relevância da formação contínua desses profissionais para melhorar a eficácia das operações e garantir a segurança dos profissionais e da comunidade. O processo de ensino-aprendizagem de peritos criminais, policiais civis e militares, corpos de bombeiros militares e guardas municipais enfrenta desafios específicos devido à natureza das suas funções e ao contexto em que operam. A metodologia é bibliográfica, de natureza exploratória, destaca o uso de tecnologia para acesso igualitário a treinamentos e aprendizado personalizado com simulações e treinamentos virtuais. Os resultados apontam a necessidade de conciliar teoria e prática, atualização constante diante de novas ameaças e o papel da tecnologia na redução de riscos. As conclusões ressaltam a importância de garantir que a inovação tecnológica caminhe lado a lado com a equidade e o compromisso democrático, assegurando que a segurança pública seja um direito de todos e um dever do Estado. Estudos adicionais são recomendados para aprofundar o uso de tecnologia na capacitação de profissionais de segurança pública.

Palavras-chave: Segurança Pública; Capacitação Contínua; Tecnologia.

¹ Bacharela em Direito pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Especialista em Ciências Criminais pela Universidade Gama Filho. Mestranda em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Oficial do Quadro de Administração da Polícia Militar de Rondônia (PMRO). E-mail: sgtcarliane@gmail.com.

² Bacharel em Letras pela Universidade Federal de Rondônia (Unir). Mestrando em Ciências da Educação pela World University Ecumenical. Oficial do Quadro de Administração da Polícia Militar de Rondônia (PMRO). E-mail: roniellichagas@gmail.com.

ABSTRACT

The work addresses the importance of teaching-learning for public security professionals, highlighting continuous training as essential to deal with complex challenges in public security environments. The objective is to highlight the relevance of continuous training of these professionals to improve the effectiveness of operations and ensure the safety of professionals and the community. The teaching-learning process of criminal experts, civil and military police, military fire departments, and municipal guards faces specific challenges due to the nature of their functions and the context in which they operate. The methodology is of the bibliographic type, of an exploratory nature, highlighting the use of technology for equal access to training and personalized learning with simulations and virtual training. The results point to the need to reconcile theory and practice, constant updating in the face of new threats, and the role of technology in reducing risks. The conclusions emphasize the importance of ensuring that technological innovation walks hand in hand with equity and democratic commitment, ensuring that public security is a right of all and a duty of the State. Additional studies are recommended to deepen the use of technology in the training of public security professionals.

Keywords: Public Security; Continuous Training; Technology.

1 INTRODUÇÃO

A segurança pública tem se tornado uma das principais preocupações da sociedade contemporânea, especialmente diante do aumento da violência, do tráfico de entorpecentes, da corrupção e do avanço do crime organizado. Esses problemas estão associados a fatores sociais e econômicos, como desigualdade, desemprego e precariedade dos serviços públicos. Além disso, o crime organizado, como alerta Oliveira (2022), tem se infiltrado nas instituições públicas, comprometendo estruturas essenciais do Estado e agravando o cenário de insegurança.

Nesse contexto, os profissionais da segurança pública enfrentam tarefas complexas e de alta responsabilidade, muitas vezes em ambientes hostis e sob intensa pressão. Esses agentes lidam cotidianamente com decisões que envolvem direitos fundamentais como a vida, a liberdade e o patrimônio, o que torna a sua formação uma prioridade estratégica para o Estado e para a sociedade.

Com a constante evolução das tecnologias e das dinâmicas sociais, torna-se imperativo que esses profissionais estejam continuamente capacitados. Novas ferramentas de investigação, técnicas de análise forense, recursos de comunicação e metodologias de intervenção exigem atualização permanente e formação técnica robusta. Diante disso, o ensino a distância (EaD) desponta como uma alternativa viável, acessível e democrática para promover a qualificação desses profissionais em todo o território nacional.

A literatura científica, também através de Hundzinski (2023), tem destacado a importância da educação continuada e do processo ensino-aprendizagem no contexto da segurança pública. O autor afirma que estudos recentes evidenciam que a formação adequada impacta diretamente a eficácia das operações e a capacidade de resposta dos agentes em situações críticas. No entanto, ainda persistem desafios relacionados à adaptação dos conteúdos à realidade prática, à limitação de recursos e às dificuldades impostas pelo estresse ocupacional.

Visando ampliar a efetividade das ações formativas, iniciativas como as academias integradas de formação, a exemplo da Academia Estadual de Segurança Pública do Ceará (Aesp), e a criação do Sistema Único de Segurança Pública (Susp) têm buscado integrar esforços e padronizar os processos de capacitação entre os diversos órgãos. Essas políticas representam um avanço no fortalecimento institucional e na qualificação dos profissionais da área.

Diante desse panorama, este artigo tem como objetivo discutir os principais desafios do processo de ensino-aprendizagem voltado para os profissionais da segurança pública, destacando o papel estratégico da tecnologia na superação dessas barreiras e na redução das desigualdades. Para isso, adota-se uma abordagem qualitativa e exploratória, com base em pesquisa bibliográfica, visando compreender os princípios, práticas e lacunas ainda existentes na formação desses agentes.

2 SEGURANÇA PÚBLICA: CONCILIAÇÃO ENTRE TEORIA E PRÁTICA

A segurança pública é um campo multidimensional que envolve não apenas o policiamento, mas também diferentes profissões que atuam de forma integrada na prevenção da violência, no enfrentamento da criminalidade e na promoção da cidadania. Essa diversidade de

funções reflete a complexidade do fenômeno da segurança, exigindo abordagens interdisciplinares e cooperação entre diversas áreas do conhecimento.

Tradicionalmente, destacam-se as carreiras policiais, que incluem a Polícia Militar, responsável pelo policiamento ostensivo e pela preservação da ordem pública, e a Polícia Civil, incumbida da investigação criminal e da função judiciária de polícia. Como ressalta Bayley (2006), o papel dessas instituições não se limita à repressão, mas envolve também a construção de confiança social e a mediação de conflitos no cotidiano.

Outro conjunto de profissionais essenciais é o do sistema penitenciário, incluindo agentes e técnicos de execução penal, cuja atuação visa não apenas a custódia, mas também a reinserção social dos indivíduos privados de liberdade. Wacquant (1999) argumenta que as políticas de encarceramento revelam a interface entre exclusão social e controle penal, evidenciando a relevância desses trabalhadores para além do viés punitivo.

Também compõem o campo da segurança pública os profissionais de defesa civil, bombeiros militares e guardas municipais, que atuam em situações de emergência, prevenção de desastres e proteção de espaços urbanos. Minayo (1999) destaca que esses agentes ampliam a concepção de segurança ao associá-la à saúde, ao bem-estar e à qualidade de vida das populações.

Além disso, profissionais das áreas de psicologia, serviço social, pedagogia e saúde são frequentemente incorporados em programas de prevenção à violência e assistência a vítimas. Segundo Cano (2006), a integração desses saberes contribui para superar a visão restrita de segurança como mera atividade policial, ampliando-a para uma política pública intersetorial.

Assim, as profissões que lidam com a segurança pública compõem um mosaico de funções complementares, que vão do policiamento ostensivo à pesquisa tecnológica, da contenção de riscos ao apoio psicossocial. Essa diversidade reafirma que a segurança é uma construção coletiva, dependente da articulação entre múltiplos saberes e práticas.

A segurança pública vem sendo cada vez mais ameaçada pelo aumento descontrolado da violência e por fatores como o aumento da criminalidade, desequilíbrios sociais, raciais e econômicos, desemprego,

marginalidade nos centros urbanos e processos migratórios.

Costa (2014) afirma que a segurança é uma das principais atividades humanas, que através de normas, conscientização, comportamentos, princípios, leis e doutrinas vêm sendo seguidas pelos cidadãos como garantia de vida e patrimônio. Destaca, ainda, que a segurança pública está sendo cada vez mais ameaçada devido ao aumento descontrolado da violência. Esse cenário é associado a fatores como o aumento da criminalidade, desequilíbrios social, racial e econômico, desemprego, marginalidade nos centros urbanos e processos migratórios.

Dias (2004) destaca que, dentro do contexto geral dos problemas que desafiam a sociedade no campo da segurança pública, houve ênfase no problema carcerário-penitenciário e no menor de rua. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) falha fundamentalmente por não priorizar o lema “mais vale prevenir do que remediar”. O autor enfatiza que, em relação ao problema do “menor de rua”, particularmente a criança carente e abandonada em fase de pré-delinquência, a faixa etária de 11 a 18 anos é crucial. O ECA dá ênfase ao “menor infrator”, ou seja, aquele que entre 12 e 18 anos ingressa na área do crime, prevendo inclusive internação, característica típica da repressão.

A segurança pública constitui um dos maiores desafios contemporâneos das sociedades democráticas, especialmente em países marcados por desigualdades sociais, como o Brasil. Mais do que um conjunto de ações de policiamento e controle da criminalidade, trata-se de um campo que exige a integração de políticas públicas, participação social e produção científica. A conciliação entre teoria e prática torna-se, nesse contexto, um imperativo para que as ações estatais alcancem efetividade, legitimidade e sustentabilidade.

Do ponto de vista teórico, a segurança pública deve ser compreendida como um direito fundamental do cidadão e um dever do Estado, conforme previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 144). Nesse sentido, Adorno (2002) argumenta que a violência e a criminalidade não podem ser vistas apenas como fenômenos isolados, mas como expressões de uma estrutura social desigual e excludente. Assim, a teoria da segurança pública demanda uma abordagem interdisciplinar, integrando sociologia, direito, ciência política e criminologia.

Na prática, entretanto, observa-se que o cotidiano da segurança pública brasileira ainda é fortemente marcado por uma lógica reativa

e militarizada. Cano (2006) enfatiza que as políticas de segurança frequentemente priorizam o enfrentamento direto da criminalidade, em detrimento da prevenção e da promoção de direitos. Esse descompasso entre teoria e prática resulta em ações fragmentadas e, muitas vezes, ineficazes.

A conciliação entre teoria e prática requer, portanto, a adoção de modelos de gestão integrados. Kahn (2012) defende que a segurança pública deve ser compreendida como política pública de caráter intersetorial, articulando educação, saúde, urbanismo e assistência social. Do mesmo modo, Minayo e Souza (2003) destacam a importância da produção científica para orientar políticas baseadas em evidências, em contraposição ao improvisado e ao imediatismo das respostas meramente repressivas.

Outro aspecto fundamental é a valorização da formação e da capacitação dos profissionais da área. Bayley (2006) ressalta que as polícias democráticas devem atuar não apenas como forças de contenção da violência, mas também como promotoras de cidadania e confiança social. Isso implica alinhar os conteúdos teóricos de formação acadêmica e policial com as demandas práticas do cotidiano, promovendo uma prática fundamentada em princípios legais e éticos.

Conciliação entre teoria e prática significa, em última instância, superar a distância entre o que a ciência produz e o que as instituições executam. Para tanto, é imprescindível fortalecer os mecanismos de avaliação das políticas públicas, criar espaços de diálogo entre pesquisadores e gestores e assegurar a transparência das ações estatais. Somente assim será possível construir uma segurança pública que, para além do controle do crime, atue como promotora de justiça social e de cidadania.

3 ATUALIZAÇÃO CONSTANTE DIANTE DE NOVAS AMEAÇAS

A segurança pública é um campo dinâmico, diretamente influenciado pelas transformações sociais, tecnológicas e econômicas. Novas formas de criminalidade surgem de maneira contínua, exigindo do Estado e das instituições de segurança atualização permanente de seus métodos, práticas e referenciais teóricos. A rigidez de modelos tradicionais, baseados apenas no policiamento ostensivo, já não

se mostra suficiente para lidar com a complexidade das ameaças contemporâneas.

Zaffaroni (2013) argumenta que a criminalidade é um fenômeno em constante mutação, adaptando-se às mudanças estruturais da sociedade. Esse movimento implica que as estratégias de prevenção e repressão não podem permanecer estáticas. De modo semelhante, Bauman (2007) destaca que a modernidade líquida gera formas de insegurança difusas e imprevisíveis, que se refletem na própria natureza da violência urbana e da criminalidade organizada.

No cenário atual, observa-se o crescimento de crimes cibernéticos, fraudes financeiras digitais, uso de inteligência artificial por organizações criminosas e ampliação das redes transnacionais de tráfico de drogas, armas e pessoas. Como ressalta Castells (2003), a sociedade em rede potencializa tanto a cooperação social quanto a expansão das atividades ilícitas em escala global. Nesse sentido, a atualização constante dos profissionais de segurança torna-se condição *sine qua non* para a efetividade da atuação estatal.

Do ponto de vista prático, a formação continuada e a capacitação tecnológica assumem papel central. Bayley (2006) defende que as polícias modernas necessitam de treinamento constante, não apenas no uso de equipamentos, mas também no desenvolvimento de competências investigativas, analíticas e sociais. Além disso, a gestão da informação é fundamental: a segurança pública contemporânea exige integração de bancos de dados, uso de inteligência artificial e sistemas de monitoramento capazes de prever padrões de comportamento criminoso.

Por outro lado, a atualização não deve se restringir a aspectos técnicos. Minayo (1999) salienta a importância da reflexão ética e dos referenciais de direitos humanos no exercício da segurança pública. Isso porque as novas ameaças, embora tecnológicas e globais, mantêm impactos diretos sobre a vida cotidiana das populações mais vulneráveis, exigindo políticas que combinem eficácia operacional com legitimidade social.

Conclui-se que a conciliação entre inovação tecnológica, formação contínua e compromisso democrático configura-se como caminho indispensável para enfrentar os desafios emergentes da segurança pública. A atualização constante diante das novas ameaças não é apenas uma estratégia de eficiência, mas também uma condição essencial para a preservação da cidadania e da própria ordem democrática.

4 TECNOLOGIA PARA ACESSO IGUALITÁRIO A TREINAMENTOS

Ao longo dos anos, a internet se consagrou como um instrumento importante para mediar a comunicação entre instituições de ensino e seus alunos. Menciona-se que ela trouxe consigo diversas inovações nas formas tradicionais de aprendizagem devido à rápida expansão das novas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Isso propiciou flexibilidade de acesso a qualquer hora e em qualquer lugar, com o surgimento do *e-learning*.

Nesse sentido, a segurança pública contemporânea demanda não apenas atualização constante, mas também democratização do acesso a processos formativos. A utilização de tecnologias digitais tem se mostrado uma estratégia fundamental para ampliar e diversificar o alcance de treinamentos destinados a profissionais da área. Contudo, de acordo com Santana (2025), o desafio está em garantir que esses recursos não reproduzam desigualdades já existentes, mas, ao contrário, promovam condições de acesso equitativas a todos os agentes envolvidos.

Preparar profissionais de segurança pública é uma responsabilidade enorme pois, conforme afirma Castro *et al.* (2022), eles precisam tomar decisões rápidas envolvendo direitos fundamentais de uma sociedade, como vida, liberdade, integridade física e patrimônio. Por isso, a tarefa de capacitar esses agentes para exercer sua função é considerada uma exclusividade do Estado e é alvo de muitas exigências sociais.

Segundo Castells (2003), a sociedade em rede redefine a forma como instituições e indivíduos acessam, produzem e compartilham conhecimento. No campo da segurança pública, isso significa que plataformas digitais de ensino a distância, simuladores virtuais e sistemas de realidade aumentada podem contribuir para a padronização de procedimentos e para a disseminação rápida de novas práticas de enfrentamento às ameaças emergentes.

Cordeiro e Muniz (2010) declaram que na área de segurança pública, particularmente em atuação policial, técnicas como “estudos de caso” e simulações de cenários reais, potenciais ou hipotéticos têm se mostrado bastante úteis como ferramentas de problematização para aprendizagem dos conhecimentos necessários.

Bayley (2006) enfatiza que a eficácia policial não depende apenas de recursos materiais, mas também da qualificação e da capacidade analítica dos profissionais. Nesse sentido, a tecnologia pode funcionar como mediadora, permitindo que corporações em diferentes regiões — muitas vezes distantes dos grandes centros urbanos — tenham acesso a conteúdos atualizados e metodologias modernas de treinamento. Essa democratização formativa contribui para reduzir disparidades regionais e elevar o nível de preparo das instituições de segurança.

Em seu trabalho, Castro *et al.* (2022), discute o modelo das academias integradas de segurança pública e especificamente a Academia de Segurança Pública do Ceará (Aesp). A integração de todas as escolas de polícia em Centros de Educação em Segurança Cidadã foi uma das proposições para a reforma do ensino policial no Brasil. A Aesp foi criada pela Lei Estadual nº 14.629 de 2010, do Estado do Ceará, e é responsável pela educação profissional de todas as instituições vinculadas à SSPDS no Ceará. Sales (2016) menciona que havia oito academias integradas no país. Antes, conforme Duarte (2018, p. 177) “[é] preciso inventar uma educação profissional cujo foco primeiro seja a desconstrução de conceitos aprendidos ao longo da vida do ingressante na instituição”.

O autor Duarte (2018) destaca a importância de uma abordagem educacional profissional que priorize a desconstrução de conceitos previamente aprendidos pelos ingressantes em uma instituição. Isso sugere que o autor vê a necessidade de um processo de “desaprendizado” ou reavaliação crítica de conhecimentos e crenças já internalizados. Essa perspectiva pode ser interpretada como uma defesa da ideia de que a educação profissional deve não apenas agregar novos conhecimentos, mas também questionar e possivelmente reformular concepções preexistentes para melhor adaptar o indivíduo às demandas de sua profissão ou campo de atuação.

Entretanto, como aponta Minayo (1999), a simples adoção de tecnologias não assegura inclusão. Persistem barreiras estruturais, como desigualdade no acesso à internet de qualidade, limitações orçamentárias e resistências culturais dentro das corporações. Assim, políticas públicas devem priorizar investimentos em infraestrutura tecnológica, além de promover a cultura organizacional voltada para a valorização da formação permanente.

Outro aspecto essencial é a integração entre tecnologia e pedagogia. Moran (2015) observa que os ambientes digitais de aprendizagem

só alcançam seu potencial quando associados a metodologias participativas e à valorização do protagonismo do aprendiz. No caso da segurança pública, isso implica construir programas de treinamento que combinem inovação tecnológica com abordagem crítica, ética e cidadã.

Portanto, a tecnologia se apresenta como uma ferramenta indispensável para o acesso igualitário a treinamentos em segurança pública. Contudo, para que cumpra esse papel, é necessário associá-la a políticas inclusivas, infraestrutura adequada e metodologias pedagógicas eficazes. Somente assim será possível construir uma formação que, além de técnica, seja também democrática e comprometida com os princípios da cidadania.

5 APRENDIZADO PERSONALIZADO COM TECNOLOGIA

A sociedade contemporânea se destaca pelo avanço da tecnologia e mudanças na forma da inter-relação homem/máquina, principalmente após a criação da inteligência artificial (IA) e sua aplicação em diversos setores da sociedade, com destaque para a sua utilização nas políticas de segurança pública.

A promoção de políticas públicas de segurança envolvendo as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) se difundiu no Brasil a partir dos anos 2000, mediante estímulo à inovação tecnológica previsto no Plano Nacional de Segurança Pública (PNSP) e a necessidade do Estado brasileiro de desenvolver novas ações preventivas e de combate à criminalidade.

A formação em segurança pública historicamente foi marcada por currículos rígidos, voltados para a padronização de procedimentos e práticas. Embora a padronização seja importante para assegurar uniformidade nas ações institucionais, a crescente complexidade das ameaças contemporâneas exige que os profissionais desenvolvam competências específicas, adaptadas às suas funções, territórios de atuação e contextos socioculturais. Nesse cenário, o aprendizado personalizado com suporte tecnológico surge como uma alternativa inovadora e necessária.

De acordo com Ningeliski (2024), o uso de metodologias ativas e de ambientes digitais permite que o processo de ensino-aprendizagem seja ajustado às necessidades individuais dos estudantes, respeitando

diferentes ritmos e estilos de aprendizagem. Esse princípio, aplicado à segurança pública, significa possibilitar que cada agente tenha acesso a conteúdos e práticas que dialoguem com sua realidade profissional, sem perder de vista as diretrizes gerais da instituição.

A personalização do aprendizado por meio de tecnologia também se articula ao conceito de *learning analytics*, que, segundo Siemens e Long (2011), consiste na coleta e análise de dados educacionais para identificar padrões e oferecer *feedback* adaptado ao perfil de cada aprendiz. Em corporações policiais e de segurança, esse recurso pode ser utilizado para avaliar progressos, detectar lacunas de conhecimento e propor trilhas formativas específicas.

Bayley (2006) enfatiza que a eficácia do policiamento democrático depende tanto da capacidade coletiva quanto das competências individuais de seus agentes. Nesse sentido, o aprendizado personalizado não deve ser visto como um processo isolado, mas como complemento à formação coletiva, potencializando o desempenho institucional.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública, que é responsável por formular políticas, diretrizes e ações para a segurança pública no país, oferece, através da própria plataforma da SENASP, diversos cursos para o pessoal que compõe o efetivo das forças de segurança.

Além disso, há a plataforma do Sinesp - Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública – que, basicamente é uma plataforma de informações integradas para consulta e análise de dados de segurança pública. E dentro dessa plataforma há o Pronasci, que é o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, desenvolvido pelo Ministério da Justiça. Dentre os projetos executados pelo PRONASCI, há dois que compreendem diretamente os profissionais de segurança pública, a saber:

Bolsa-Formação – Os profissionais de segurança pública receberão novos estímulos para estudar e atuar junto às comunidades. Policiais civis e militares, bombeiros, peritos e agentes penitenciários de baixa renda terão acesso a uma bolsa de até R\$ 400. Para ter direito ao benefício, o policial terá que participar e ser aprovado em cursos de capacitação promovidos, credenciados ou reconhecidos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp) do Ministério da Justiça.

Formação Policial - A qualificação das polícias inclui práticas de segurança-cidadã, como a utilização de tecnologias não letais; técnicas de investigação; sistema de comando de incidentes; perícia balística; DNA

forense; medicina legal; direitos humanos, entre outros. Os cursos serão oferecidos pela Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp), que envolve hoje 66 universidades brasileiras, entre públicas e particulares, e ainda telecentros para educação a distância. A meta é chegar a 80 instituições parceiras em todo o país, em 2008. (MJSP, 2026)

Tais projetos alcançam profissionais de todo o país, independentemente da região que estejam lotados, pois precisam basicamente de cobertura de sinal de internet e um aparelho celular com acesso a ela. Essas iniciativas agregam conhecimento e conseqüentemente, uma melhor qualificação e valorização profissional, bem como reduzem as desigualdades quanto às qualificações.

A eficácia desse modelo colaborativo é evidenciada pela parceria entre instituições e as forças de segurança possibilitando o cumprimento dos rigorosos requisitos estabelecidos pelo Ministério da Educação, e facilitando a obtenção do reconhecimento de cursos. Ao adotar esse método de ensino estão atendendo aos padrões educacionais nacionais e, também, reforça o compromisso com a formação integral e qualificação de seus profissionais, consolidando a excelência das instituições no contexto educacional e de segurança pública.

Contudo, como alerta Minayo (1999), a adoção de tecnologias deve ser acompanhada de reflexão ética e pedagógica. O risco de transformar a personalização em mera segmentação tecnicista pode reforçar desigualdades dentro das corporações. É necessário, portanto, que o uso de inteligência artificial, plataformas digitais e sistemas de recomendação de aprendizagem esteja orientado por valores de equidade, inclusão e direitos humanos.

O ensino a distância surge como solução estratégica para superar barreiras geográficas (especialmente em estados com grande extensão territorial), reduzir custos com deslocamento e diárias, padronizar conteúdos formativos em âmbito nacional, garantir atualização constante dos profissionais, promover acesso igualitário à capacitação, dentre outras.

Por meio da modalidade EaD, policiais podem realizar cursos sem se afastar de suas funções operacionais, o que mantém a continuidade do serviço público e amplia o alcance das políticas de formação.

Assim, o aprendizado personalizado com tecnologia constitui uma oportunidade para aproximar a **formação em segurança pública**

das demandas concretas do serviço, sem abrir mão dos princípios democráticos. Trata-se de conciliar inovação tecnológica com compromisso social, garantindo que cada profissional desenvolva, de forma singular, as competências necessárias para atuar em um ambiente em constante transformação.

6 SIMULAÇÕES E TREINAMENTOS VIRTUAIS PARA REDUÇÃO DE RISCOS

Cordeiro (2010) afirma que investir em ações que promovam o desenvolvimento crítico e continuado das capacidades e competências orientadas para a atividade profissional é uma das condições essenciais para o alcance dos objetivos e da sobrevivência, tanto das organizações privadas quanto públicas. Este tem sido um dos principais desafios enfrentados pelas instituições de segurança pública, especialmente as polícias.

A complexidade crescente das ameaças à segurança pública demanda metodologias de formação capazes de preparar os profissionais para lidar com cenários de alta imprevisibilidade. Entre essas metodologias, destacam-se as simulações e os treinamentos virtuais, que vêm sendo cada vez mais incorporados às práticas formativas das instituições policiais e de segurança. Junior (2010) pontua que ferramentas permitem não apenas a experimentação de situações de risco em ambiente controlado, mas também a redução de custos e a diminuição da exposição física dos agentes.

As simulações virtuais possibilitam a reprodução de cenários realistas nos quais os profissionais podem desenvolver habilidades técnicas, cognitivas e comportamentais. Essa prática potencializa a tomada de decisão em contextos críticos, uma vez que o erro cometido em ambiente simulado não resulta em consequências diretas para a vida ou para o patrimônio, mas gera aprendizado significativo.

Cupertino (2024) observa que a formação em segurança pública deve ser orientada tanto pela eficácia operacional quanto pela proteção da integridade física dos agentes e da população. Nesse sentido, os treinamentos virtuais contribuem para reduzir os riscos associados às práticas presenciais, como exercícios de combate armado, operações em áreas de risco ou simulações de desastres. Além disso, promovem a padronização de protocolos de atuação, garantindo maior uniformidade e previsibilidade nas respostas institucionais.

Do ponto de vista tecnológico, o uso de realidade virtual (VR) e realidade aumentada (AR) são recursos inovadores que ampliam a imersão e a eficácia das simulações. Essas ferramentas permitem que os profissionais treinem em ambientes tridimensionais altamente interativos, ajustados a diferentes contextos — desde operações urbanas até ações de resgate em desastres naturais.

Contudo, como ressalta Minayo (1999), a incorporação de novas tecnologias de treinamento deve considerar também aspectos éticos, pedagógicos e de acessibilidade. É essencial que tais recursos estejam disponíveis de forma equitativa a todas as corporações, evitando a concentração de inovação apenas em regiões mais desenvolvidas ou em unidades com maior capacidade orçamentária.

Os cursos ofertados pela Rede EaD-Senasp possuem conteúdos alinhados às legislações vigentes, decisões judiciais e protocolos operacionais atualizados, fortalecendo a atuação legal e técnica do profissional. Assim, a formação baseada em diretrizes nacionais reduz disparidades entre estados e promove maior uniformidade nas práticas operacionais.

Portanto, simulações e treinamentos virtuais configuram-se como estratégias indispensáveis para a redução de riscos à segurança pública. Ao aliarem inovação tecnológica, realismo e segurança, contribuem para a formação de profissionais mais preparados e, ao mesmo tempo, mais protegidos em sua prática cotidiana.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A segurança pública, diante das transformações sociais, tecnológicas e criminais contemporâneas, exige uma abordagem que concilia teoria e prática, inovação e tradição, eficácia e legitimidade. De acordo com o que foi abordado nesse trabalho, a conciliação entre referenciais teóricos e a experiência prática é condição essencial para a construção de políticas mais consistentes e capazes de responder às demandas sociais.

Nesse contexto, a atualização constante diante de novas ameaças apresenta-se como requisito fundamental. O crime se reinventa continuamente, assumindo formas digitais, transnacionais e difusas, o que torna indispensável a incorporação de ferramentas de monitoramento, inteligência e formação continuada. Porém, tais

inovações só se tornam efetivas quando acompanhadas de políticas de inclusão e de valorização dos direitos humanos.

A tecnologia, por sua vez, surge como um eixo estruturante da formação em segurança pública. Ela possibilita o acesso igualitário a treinamentos, reduz disparidades regionais e favorece a democratização do conhecimento. Mais do que isso, abre caminho para modelos de aprendizado personalizados, que reconhecem as especificidades de cada profissional e promovem uma formação adaptada às diferentes realidades de atuação.

A oferta de cursos por meio do sistema de Educação a Distância (EAD) configura-se como uma inovação significativa, permitindo o acesso igualitário à formação continuada por parte de servidores em todas as regiões do país. Essa democratização do conhecimento contribui diretamente para o fortalecimento institucional e para a qualificação dos agentes públicos.

O ensino a distância no âmbito do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) representa uma importante estratégia de democratização e padronização da formação dos profissionais da segurança pública em todo o país. Ao adotar os princípios da andragogia, especialmente o reconhecimento do papel das experiências prévias dos aprendizes, os cursos EAD voltados para a segurança pública não apenas transmitem conteúdo, mas promovem a valorização do saber construído ao longo da trajetória profissional dos participantes. Essa abordagem torna o processo formativo mais significativo e eficaz, impactando diretamente na segurança pública prestada à população.

Os cursos, as capacitações, as simulações e os treinamentos virtuais, por fim, consolidam essa transformação, ao oferecer ambientes controlados e imersivos para o desenvolvimento de habilidades técnicas e cognitivas. Esses recursos reduzem riscos, aumentam a eficácia operacional e reforçam a padronização de protocolos, sem abrir mão da presença física dos profissionais em suas localidades de trabalho pois, um curso presencial, por vezes, demanda deslocamento de uma cidade para outra.

Além disso, o ensino a distância no SUSP também atua como mecanismo de redução de desigualdades institucionais, pois oferece o mesmo conteúdo para unidades federativas, permite acesso a formações que antes eram restritas a grandes centros, e também valoriza o profissional ao possibilitar progressão funcional e aperfeiçoamento

Portanto, a integração entre teoria e prática, atualização contínua, democratização tecnológica, aprendizado personalizado e treinamentos virtuais constitui um conjunto de pilares para a realidade da segurança pública. Mais do que enfrentar a criminalidade, tais pilares apontam para uma atuação estatal capaz de promover justiça, cidadania e confiança social. Assim, as inovações tecnológicas e de estudo no sistema EAD caminham lado a lado com a equidade e o compromisso democrático, garantindo que a segurança pública seja, de fato, um direito de todos e um dever do Estado em sua plenitude.

8 REFERÊNCIAS

ADORNO, Sérgio. Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea. 2002. Disponível em: https://www.espen.pr.gov.br/sites/espen/arquivos_restritos/files/migrados/File/CRIME_E_VIOLENCIA_NA_SOCIEDADE_BRASILEIRA_CONTEMPORANEA.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

BAUMAN, Zygmunt. **Medo líquido**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007. Disponível em: <https://poesificando.com/wp-content/uploads/2021/03/medo-liquido-zygmunt-bauman.pdf>. Acesso em: 11 set. 2025.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento: uma análise internacional comparativa**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: <https://share.google/7cXFwFOFAUigXivgU>. Acesso em: 12 set. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Acesso em: 25 set. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018. Institui o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) e cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social (PNSPDS). **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Acesso em: 15 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. **PRONASCI**. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/pronasci>. Acesso em: 9 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Segurança Pública. **Plano Nacional de Segurança Pública 2000**. Disponível em: <https://cispregional.mpba.mp.br>. Acesso em: 20 set. 2025.

BROWN, A.; JONES, B. Effective training for public safety. **Journal of Public Safety**, v. 2, n. 7, p. 8, 2019. Disponível em: <https://share.google/wnWighsaKY0f4akEc>. Acesso em: 15 set. 2025.

CANO, Ignacio. Política de segurança pública no Brasil: ensaio exploratório. 2006. Disponível em: <http://dspace.stj.jus.br/dspace/handle/2011/22643>. Acesso em: 9 set. 2025.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003. Disponível em: <https://globalizacaoeintegracaoregionalufabc.wordpress.com/wp-content/uploads/2014/10/castells-m-a-sociedade-em-rede.pdf>. Acesso em: 14 set. 2025.

CASTRO, C. et al. Ensino na segurança pública. **Publicação do Instituto de Segurança Pública**, ano 14, v. 14, n. 14, 2022. Disponível em: https://www.supesp.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/89/2022/12/Anderson-Duarte_Curso-de-especializacao-em-metodologia-e-didatica-do-ensino-em-Seguranca-Publica-um-relato-de-experiencia.pdf. Acesso em: 15 set. 2025.

CORDEIRO, Bernadete Moreira Pessanha; MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. Mapeando competências rumo à aprendizagem continuada em segurança pública. In: PEREIRA JUNIOR, Edmilson Antonio; SILVA, Jorge Ferreira da; MARON, Juliana (org.). **Um toque de qualidade: eficiência e qualidade na gestão do sistema de defesa social**. [S. l.: s. n.], 2010. p. 103-125. Disponível em: https://www.academia.edu/4068371/MAPEANDO_COMPET%C3%84NCIAS_RUMO_A_APRENDIZAGEM_CONTINUADA_EM_SEGURAN%C3%87A_PUBLICA. Acesso em: 23 set. 2025.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. Segurança pública. In: LIMA, Renato Sérgio de; RATTON, José Luiz; AZEVEDO, Rodrigo Ghiringhelli de (org.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

CUPERTINO, C. M.; BRITTO, P. A. P. de. **Treinamento anticorrupção e técnicas de neutralização: evidências em profissionais de segurança pública**. 2024. 30 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) — Universidade Federal de Lavras, Lavras, 2024. Disponível em: <https://econpolrg.com/wp-content/uploads/2024/10/eprg-wp-2024-119v2.pdf>. Acesso em: 25 set. 2025.

DIAS, E. **Doutrina de segurança e risco: segurança dos cidadãos**. São Paulo: Departamento Técnico de Taquigrafia, 2003. Ofício nº 155. Acesso em: 15 ago. 2025.

DUARTE, Anderson. **Segurança, biopolítica e educação: o empresariamento da segurança pública como dispositivo pedagógico**. 2018. Tese (Doutorado em Educação Brasileira) — Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/39672>. Acesso em: 5 ago. 2025.

DUARTE, Anderson. Curso de especialização em metodologia e didática do ensino em segurança pública: um relato de experiência. **Ensino na Segurança Pública**, v. 14, n. 14, p. 22, 2022. Disponível em: <https://www.isprevista.rj.gov.br/isprevista/article/view/40/37>. Acesso em: 15 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HUNDZINSKI, B. O. R. A formação dos agentes de segurança pública. 2023. Disponível em: <https://show.scientificsociety.net/2023/10/a-formacao-dos-agentes-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 5 ago. 2025.

JÚNIOR, J. D. C.; CÂNDIDO, A. C. Metodologia de sistemas flexíveis aplicada ao treinamento em um órgão de segurança pública. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 45, p. 387-401, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/view/12061>. Acesso em: 15 ago. 2025.

KAHN, Túlio. **Políticas de segurança pública: conceitos, práticas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012.

LAZZARINI, Álvaro. A segurança pública e o aperfeiçoamento da polícia no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, v. 184, p. 25-85, 1991. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/44310/47780>. Acesso em: 15 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Segurança pública e direitos humanos: dilemas e perspectivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/NBbqRGwcvm7R7XcZSVvKQsL/?lang=pt>. Acesso em: 28 set. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/3ww26>. Acesso em: 20 set. 2025.

MORAN, José Manuel. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, Lilian; MORAN, José Manuel (org.). **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática**. Porto Alegre: Penso, 2015.

NASCIMENTO, P. V. É.; MATOS, R. M. A sociedade do controle digital e a segurança pública brasileira. **Direito UNIFACS: Debate Virtual**, n. 277, 2023. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/8297/4875>. Acesso em: 15 ago. 2025.

NINGELISKI, J. J. A importância da tecnologia no treinamento e capacitação dos policiais: efeitos nos serviços de segurança da Polícia Militar do Estado do Paraná. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 10, 2024. Disponível em: <https://ojs.revistacontemporanea.com/ojs/index.php/home/article/view/6353/4571>. Acesso em: 1 ago. 2025.

OLIVEIRA, S. S. A infiltração do crime organizado nas instituições democráticas brasileiras. 2022. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-infiltracao-do-crime-organizado-nas-instituicoes-democraticas-brasileiras/>. Acesso em: 2 ago. 2025.

SALES, Roberto Sergio Farias. **Mapeamento das instituições de ensino de segurança pública no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Justiça e Cidadania; Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2016.

SANTANA, J. Q. de; FIALHO, F. A. P. Liderança na segurança pública: formação, treinamento e desenvolvimento de líderes. **Revista do Instituto Brasileiro de Segurança Pública**, 2025. Disponível em: <https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP/article/view/217/166>. Acesso em: 15 ago. 2025.

SIEMENS, George; LONG, Phil. Penetrating the fog: analytics in learning and education. **EDUCAUSE Review**, v. 46, n. 5, p. 30-45, 2014. Disponível em: <https://share.google/KL92VFiU88IEd4HIp>. Acesso em: 15 ago. 2025.

WACQUANT, Loïc. **As prisões da miséria**. 1999. Disponível em: <https://feccompar.com.br/wp-content/uploads/2023/08/prisaodamiseria.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2025.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **A questão criminal**. Rio de Janeiro: Revan, 2013.

Data da submissão: 13.10.2025.

Data da aprovação: 06.11.2025.